



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140825 - SP (2021/0001767-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : WILLIAM FORTUNATO (PRESO)
ADVOGADO : ERIK TORQUATO PINTO - RJ190405
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WILLIAM FORTUNATO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2234047-84.2020.8.26.0000).

O recorrente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, §1º, II, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 666 dias- multa.

Sustenta que impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, não obstante a flagrante ilegalidade advinda da ausência de fundamentação quanto à principal tese de defesa: a ocorrência de nulidade, tendo em vista a contradição no depoimento dos policiais que realizaram o flagrante delito, o que resultou na falta de justa causa para a busca e apreensão no domicílio do recorrente, sem o competente mandado judicial.

Discorre acerca da aplicação do princípio do *in dubio pro reo* para justificar a concessão de *habeas corpus*, destacando que a denúncia anônima não pode ser adotada como único fundamento a demonstrar fundada suspeita, exigindo-se a coleta de outros elementos de informação para a entrada no domicílio.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar, o desentranhamento das provas ilícitas acostadas ao feito e o retorno dos autos para novo julgamento. Pugna, subsidiariamente, pela anulação da sentença.

Junta petição de fls. 105-106, acompanhada das alegações finais e do relatório de investigações criminais juntados nos autos da Ação Criminal n. 1502693-31.2020.8.26.0114, em 12/8/2020.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente